

Conteúdos mais próximos da vida cotidiana

O presidente Fernando Henrique lança hoje os Parâmetros Curriculares, para fazer da escola um berço da cidadania

Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

20

O Ministério da Educação é do Desporto começa a encaminhar hoje a 600 mil professores de primeira a quarta séries da rede pública dez volumes contendo um conjunto de propostas que pretendem servir de ferramentas para superar a atual crise da educação básica no Brasil: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Neles estão os novos conteúdos e metodologias capazes de instituir no País a “escola-cidadã”, apesar de todas as deficiências na formação dos professores e na infra-estrutura dos estabelecimentos de ensino. “Este trabalho foi elaborado e discutido com educadores de todo o Brasil para dar um novo impulso à educação fundamental. É uma ajuda concreta para a prática cotidiana dos professores e uma contribuição para a introdução dos valores da cidadania no dia-a-dia da escola”, afirma o presidente Fernando Henrique Cardoso na carta que acompanha a encomenda postal. Em cerimônia simbólica de passagem do Dia do

Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual são temas que integram os novos parâmetros

Professor, o presidente entrega o material hoje a dez professores.

Os PCN foram elaborados a partir dos currículos existentes em escolas municipais e estaduais, dos dados sobre o desempenho dos alunos e de experiências de outros países. Durante 1995 e 1996, a proposta foi debatida por educadores e organismos especializados. Desse trabalho resultaram 700 pareceres. Os novos parâmetros não se limitam às áreas de ensino obrigatório - Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física, mas vão além.

Os chamados “temas transversais” também são tratados - como Ética, Saúde, Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual. “Esses temas não se constituem em disciplinas específicas de ensino, mas devem impregnar profundamente o conteúdo de cada matéria e todo o convívio social na escola, pois aproximam o ensino e vida cotidiana”, diz o texto de divulgação do programa. Dentro dessa lógica, propõe a rees-

truturação total do ensino da Língua Portuguesa, por exemplo.

A equipe de especialistas que produziu os PCN considera que, da forma como é ensinada hoje, a Língua Portuguesa é a principal responsável pelos gargalos de repetência ocorridos na primeira série - por dificuldade na alfabetização - e na quinta - por dificuldade no uso da linguagem. As mudanças visam ao mesmo tempo ensinar as falas adequadas a diferentes situações, sem desprezar as formas de expressão oral trazidas pelos alunos.

Os PCN também sugerem que os professores acabem com o ensino de Matemática centrado em procedimentos mecânicos, que se revelou ineficiente nos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, realizado em 1995. Os testes mostraram que o aproveitamento médio dos alunos nessa disciplina foi de 30,6% na quarta série e de 36,6% na oitava série. Ou seja, os alunos só aprendem um terço dos conteúdos previstos nos currículos das escolas estaduais.

O que explica isso é a má formação dos professores e as aulas baseadas em livros didáticos muitas vezes insatisfatórios. É nesse aspecto que o programa poderá contribuir, se-

gundo um dos assessores gerais do PCN, o diretor do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Lino de Macedo. “O Ministério da Educação e do Desporto, órgão gestor da política educacional no País, retoma as rédeas da produção de conteúdos escolares de primeira a quarta séries, até então relegada a iniciativas editoriais nem sempre louváveis”, afirma o especialista.

Depois da produção desse material didático alternativo - cuja adoção não é obrigatória por parte do professor -, a próxima tarefa dos governos é investir na formação dos educadores, prevê Macedo. Segundo ele, para que os mestres - que ganham em média de dois a três salários mínimos - traduzam em práticas pedagógicas todos os conteúdos propostos pelos PCNs, será necessário treinar os educadores. Outra consultora do programa, a especialista em formação de professores da rede pública em São Paulo, Maria Cecília Condeixa, acredita que em parte essa deficiência já foi suprida pela forma como o documento foi construído.

A nova lei sustenta que o compromisso primeiro da escola brasileira é a construção da cidadania

“Os PCN vêm com uma carga grande de conversa, que é o básico em Educação”, afirmou, referindo-se aos debates realizados em todos os estados em torno do documento preliminar. Ela destaca ainda outra novidade: o estímulo para que o professor assuma os procedimentos e atitudes perante seus alunos como atividades educativas voltadas para a valorização do convívio social, o respeito ao meio ambiente e a ética. Hoje, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai enfatizar que os PCN tiram do papel os princípios da

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A nova lei sustenta que o compromisso primeiro da escola brasileira é com a construção da cidadania. O

projeto também parte da premissa que o problema atual da educação no Brasil não consiste na falta de vagas, mas sim na baixa qualidade do ensino. “Isso esclarece por que em cada 100 crianças que chegam à escola pública, 40 estão condenadas a repetir o primeiro ano”, sublinha o texto de divulgação dos PCN.